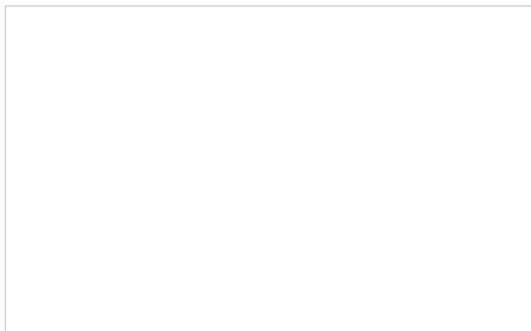


23/06/2016 10:20 - Deputado critica evento da passagem da Tocha Olímpica

Percurso da tocha passou pelas 3 Caixas D'água.

Foto: G1 RO/Reprodução



O deputado Jesuíno Boabaid (PMN) criticou, durante seu discurso na Tribuna da Assembleia Legislativa, no que chamou de “absurdo e um desrespeito ao povo brasileiro”, o evento que registra o início das Olimpíadas no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

Para o parlamentar, quando estiver concluída a passagem da Tocha Olímpica por todos os Estados brasileiros, o País terá gasto milhões em estrutura. “Somente em Porto Velho estão sendo mobilizados mais de 500 policiais militares, além de soldados da Força Nacional”, destacou.

Enquanto isso, ressaltou, o País passa por uma enorme crise econômica, quase entrando em colapso, e os Estados, todos, renegociando suas dívidas com a União. “Pra mim isso é uma pouca vergonha”, exaltou, e complementou afirmando que “o Brasil está ostentando que tem recursos sim”.

No entanto, lembrou que o legado da Copa do Mundo deixou um rastro de corrupção, obras inacabadas e vários “elefantes brancos” construídos em Estados onde não há devida utilização, como nas cidades de Manaus e Cuiabá. “Investimentos bilionários que não agregam valor ao cidadão”, classificou. “Em Manaus ainda mataram uma onça símbolo, animal que está em extinção”, ressaltou.

Ele lembrou que Rondônia não entrou em crise, pois tem uma situação diferenciada, mas citou que, se atrasar uma folha de pagamento, o Estado entra em colapso. “E neste momento sediar um evento desta magnitude, tirando dinheiro sabe-se lá de onde para bancar estes custos, é no mínimo uma vergonha. A Copa foi um fiasco e se gastou bilhões”, adiantou.

Jesuíno também falou da anistia por seis meses que o governo Temer está dando aos Estados, mas lembrou que para Rondônia foi um golpe, pois a dívida do Beron, que estava suspensa, será reativada. “Uma dívida de R\$ 20 milhões ao mês e já foi paga várias vezes e continuaremos a pagar. Vamos morrer pagando esta dívida”, destacou.

Ele afirmou, ainda, que hoje, se o governo der qualquer aumento aos servidores, impactará fortemente a economia, lembrando que a LDO já está finalizada e há um acordo entre os Poderes que diminui percentual de participação. Citou ter um Poder que não concorda. “Vou fazer uma emenda, para que, se houver redução, que seja igualitária para todos”, acrescentou.

Ele disse, também, que irá propor que o Poder que fizer o Orçamento e não cumprir, gastando menos do valor orçado, deverá devolver os recursos à fonte pagadora. “Isso é proibidade administrativa”, ressaltou, afirmando que o governo Alckmin já faz isso em São Paulo. “Assim, que este recurso volte para a segurança, saúde. Este recurso não é do Poder, é do Estado”, justificou.

Audiência

Jesuíno falou, também, sobre a audiência pública realizada na última segunda-feira (20), onde ficou acertado que o senador Valdir Raupp (PMDB) fará reunião com representantes dos Estados do Mato Grosso, Rondônia e Amazonas para definir a questão das fronteiras.

Citou como exemplo o assentamento Joana Darc, destacando que uma parte pertence ao assentamento de Canutama, no Amazonas, e outra pertence a Porto Velho. Assim, não há definição sobre quem deve atender a localidade, penalizando o cidadão.

Fiscalização

O parlamentar citou, ainda, a denúncia recebida em relação à sonegação de impostos referente à mineração e à certificação de madeira. Pediu atenção da Casa nestas situações.

Disse que também será necessário rever a situação da aprovação da lei da Sedam, em relação a cobrança de taxas. “Algumas subiram demais, com valores exorbitantes e não trazem benefícios ao Estado, pois vão acabar sonegando e não gerando divisas”, considerou.

